

PETIÇÃO nº 9 /2011



AO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE UNAÍ/MG.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
 Recebido Negocie-se Publique-se
 Distribua-se às Comissões Competentes

Unaí - MG, 30 de agosto / 2011

PRESIDENTE

DESPACHO	
<input checked="" type="checkbox"/>	DOU CIÉNCIA
<input checked="" type="checkbox"/>	INCIDE-SÉ NO EXPEDIENTE
<input type="checkbox"/>	ENCAMINHAR RESPOSTA
<input checked="" type="checkbox"/>	Cópia aos vereadores
EM 29/08/2011	

Hermes Martins Souto
PRESIDENTE

ELIAS ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Paracatu, nº 1030, Cachoeira, Unaí/MG., portador do CPF nº 470.432.536-91 e da CI nº 1 081 264 SSP/DF, vem, a através deste pedido REQUERER PROVIDÊNCIAS.

Que conforme foi publicado em matérias dos jornais locais e regionais, o Município de Unaí, está tomando um empréstimo junto Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais, conhecido como novo somma.

Segundo afirmado pelo vice-prefeito José Gomes Branquinho, no jornal tribuna do dia 27 de agosto de 2.011, o projeto aguarda aprovação da Câmara, segundo afirmou o vice-prefeito.

O empréstimo, irá endividar o Município em financiamento da ordem de TRÊS MILHÕES DE REAIS no final da administração.

Acontece que segundo, está sendo falado por pessoas que trabalham na secretaria de fazenda do município os recursos já foram liberados.

PROTÓCOLO OFICIAL

-29-08-2011-13:38-00144-12

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MINAS GERAIS



Assim, tomei a iniciativa de consultar através de telefone e até pela página da BDMG, endereço: (<http://municipios.bdmg.mg.gov.br/municípios/paginas/municipiosatendidos.aspx?letra=U>) , consta que o valor já esta contratado, o que o Município já foi contemplado, com a liberação do valor (R\$ 3.000.000,00).

UNAI

PIB 769.284,13

Produto: Novo Somma

IDH 0,812

Nº de contratos 02

Valor contratado R\$3.000.000,00 População 74.495 habitantes

Valor liberado R\$2.977.676,05

A informação de valor já contratado Nobres Vereadores é grave, pois viola a Lei Orgânica do Município, e ainda, usurpa a função do Poder Legislativo.

Assim diante deste fato encaminho pedido de fiscalização e averiguação destas informações, tendo em vista, que o Município, já firmou contrato de dívida altamente onerosa, sem que o Poder Legislativo analisasse e autorizasse o endividamento.

O artigo da lei orgânica que foi violado:

Art. 74. As deliberações da Câmara atenderão a seguinte maioria, de acordo com a matéria:

(...)

II - votação de dois terços de seus membros para os projetos que tiverem por objeto:

f) aprovar empréstimos, operações de crédito e acordos externos, de qualquer natureza, dependentes da autorização do Senado Federal;

Assim, conforme informado na página do BDMG, o empréstimo já foi contratado, sem que esta Câmara de Vereadores fosse consultada, fato grave no nosso sistema político administrativo.



Se comprovado o fato sem dúvida tratar de improbidade administrativa, pois, a lei 8.429/92, cita:

Seção III
Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

Pelo exposto, sendo função deste poder constituído peço aos nobres vereadores que seja fiscalizado e investigado o fato de ter o Município já contratado financiamento, sem que a Câmara de Vereadores autorizasse o mesmo.

Pede Providências.

Unaí/MG., 29 de agosto de 2.011



Elias Alves Ribeiro

Unaí pode perder três milhões de reais

Vice-prefeito Branquinho pede rapidez em votação de projeto que autoriza liberação de crédito para Unaí

Foto: www.tribunadearaia.com

O vice-prefeito José Gomes Branquinho pediu “espaço” na reunião dos vereadores do dia 22 de agosto, para solicitar “maior rapidez” na votação do Projeto de Lei da Prefeitura que busca autorização para o município contratar operações de Crédito no âmbito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Branquinho explicou aos vereadores que o município pode perder o recurso de R\$ 3 milhões, destinados ao financiamento de máquinas e equipamentos, caso o Projeto de Lei não seja votado no menor prazo possível.

“Não estou aqui pedindo a aprovação do projeto, porque seria uma interferência indevida no Poder Legislativo. Ocupo esta tribuna para pedir que o projeto seja votado (aprovado ou rejeitado) ainda neste mês de agosto, a fim de que Unaí não perca esse recurso, que é disputado por muitos municípios mineiros. Unaí ainda não perdeu o recurso porque o vice-presidente do BDMG, José Santana de Vasconcelos, está fazendo o esforço de esperar”, salientou o vice-prefeito.

Caso o projeto seja apro-

vado pelos vereadores, Unaí poderá adquirir seis caminhões, duas patrões, duas carregadeiras, uma retroescavadeira e um trator de esteira. As facilidades do crédito, segundo Branquinho: cinco anos para pagar e 7% de juros ao ano, com prazo de carência de seis meses. As parcelas mensais deverão girar em torno de R\$ 50 mil.

“Nós não temos como pagar R\$ 3 milhões de uma só vez, mas R\$ 50 mil por mês, o município dá conta de pagar”, adiantou Branquinho.

De acordo com o vice-prefeito, caso a Prefeitura precise alugar as mesmas máquinas, o valor mensal do aluguel ultrapassaria os R\$ 100 mil.

Frente de trabalho

Branquinho explicou ainda aos vereadores que o município precisa dessas máquinas para dar sequência aos trabalhos, “tanto no meio rural consertando as estradas, quanto na área urbana asfaltando as ruas da cidade”.

A intenção da administração municipal é abrir mais uma frente de trabalho, preparando a terraplanagem para a Tamasa (empresa vencedora da licitação) colocar a



Branquinho manifestou a preocupação da Prefeitura na perda do recurso e pediu ao presidente Casa, vereador Hermes, mais rapidez na tramitação do projeto de lei que autoriza a liberação de crédito de R\$ 3 milhões para compra de máqui-

nas na cidade para serem faltadas ou recapeadas.

“Nós estamos passando por um aperto muito grande, porque estamos vendo as chuvas chegarem, e estamos tendo dificuldades de abrir novas frentes de serviço”, salientou o vice-prefeito, lembrando que Unaí possui 12 mil quilômetros de estradas na área rural e outro tanto de

“O que nós não podemos é perder o financiamento porque o município foi o só, ou seja, não aprovou e rejeitou o projeto”, contou Branquinho, o que, segundo ele, é uma prerrogativa de acesso ao crédito que a maioria dos municípios de Minas Gerais corre atrás.